

APRESENTAÇÃO

A Revista da ABET abrange uma ampla diversidade de temas e publica artigos com diferentes abordagens metodológicas. A presente edição reúne estudos teóricos no campo da sociologia do trabalho e da economia política, que discutem diferentes interpretações sobre as transformações do trabalho na sociedade contemporânea, assim como estudos teóricos e empíricos no campo da economia do trabalho, com ênfase na trajetória recente do mercado de trabalho brasileiro e em mudanças nas relações de emprego.

No primeiro artigo, intitulado “Trabajo cognitivo, genealogía y aportes de um debate para pensar los procesos de valorización del capital contemporáneos desde la sociología del trabajo y la economía política”, Pablo Míguez examina o conceito de “trabalho cognitivo” a partir das transformações no processo de valorização do capital e no uso da força de trabalho, desde a década de 1980. O autor dialoga com as abordagens iniciais sobre a ideia de trabalho imaterial, em especial a de Antonio Negri, para em seguida destacar as contribuições de Paolo Virno e Maurizio Lazaratto, entre outras, buscando entender as mudanças fundamentais nas formas como o trabalho cognitivo é usado em processos de trabalho intensivos em conhecimento.

Em paralelo, o artigo de Pollyanna Paganoto Moura, “Teorias do trabalho imaterial: perspectivas teóricas”, procura evidenciar como a crítica de autores marxistas deve se posicionar nesse debate acadêmico. Além de sintetizar as contribuições de Negri, Lazaratto e André Gorz a respeito do trabalho imaterial, a autora destaca as implicações dessas teorias desde a perspectiva da teoria marxista do valor e questiona a crença na hegemonia de um novo tipo de trabalho no capitalismo contemporâneo. Mais do que uma discussão conceitual, o artigo aponta para a necessidade de refletir sobre as fontes dinamizadoras das relações sociais nessa esfera, na atualidade.

Por sua vez, em “La psicología histórico-cultural y el modelo de acumulación flexible de capital: la teoría de Vigotski y el toyotismo”, Diana Stanzioni coloca em evidência as aplicações da psicologia histórico-cultural de Lev Vygotsky para as práticas produtivas do toyotismo. O objetivo é correlacionar o desenvolvimento do modelo de acumulação flexível japonês, que traz embutido um novo método de organização do trabalho, a aspectos assinalados na obra deste autor.

O artigo de Tiago Oliveira e Marcelo Weishaupt Proni, intitulado “Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil”, coloca em discussão o processo de reestruturação do mercado de trabalho nacional no período 2004-2014, os efeitos da recessão econômica e o atual papel da intervenção do Estado nesse terreno. Tendo como referência a configuração contemporânea dos mercados de trabalho em países desenvolvidos e os desafios colocados para países subdesenvolvidos, o artigo ressalta os avanços ocorridos na década passada, demonstra que o mercado de trabalho brasileiro se manteve estruturalmente heterogêneo e mostra que seu arranjo institucional já é bastante flexível. Ao final, argumenta que tanto a elevação da produtividade do trabalho no conjunto da economia como a regulação pública das relações de emprego são essenciais para conformar um padrão de desenvolvimento inclusivo.

Na sequência, o artigo “Da euforia ao retrocesso: o comportamento do emprego formal no Brasil no período recente”, de Jacqueline Aslan Souen e Guilherme Caldas Souza Campos, examina a inflexão ocorrida no mercado de trabalho nacional: após um longo período de crescimento do emprego formal e da renda do trabalho, acompanhado de queda dos níveis de desemprego e de informalidade, a profunda crise econômica aberta em 2015

reverteu essa trajetória e implicou uma reversão do processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. O artigo prioriza a evolução do emprego formal em três períodos: 2003-2008, 2008-2013 e 2013-2016, tomando como base as informações da PME e da nova PNAD contínua, e aponta para as possíveis consequências do retrocesso.

O artigo de Vitor Araújo Filgueiras, “Mercado de trabalho e coerção sobre os trabalhadores: Brasil, Reino Unido e o avanço do ‘moinho satânico’”, tem como objetivo estimular reflexões sobre os efeitos da mercantilização da força de trabalho, em pleno século XXI, em termos de controle e exploração, estabelecendo uma comparação entre dois países bastante díspares, mas tendo como denominador comum o sistemático ataque aos direitos sociais e trabalhistas. A tese defendida é que, a despeito das diferenças estruturais e institucionais entre os dois mercados de trabalho, tem predominado em ambos os casos uma estratégia liberal-conservadora destinada a reduzir a regulação social e a suprimir limites legais à exploração do trabalho.

O debate sobre a necessidade de modernização da legislação trabalhista, num contexto de intensificação do processo de globalização econômica e de ofensiva neoliberal, é o tema do artigo “A posição de atores sociais envolvidos com as relações de trabalho a respeito da autonomia da vontade coletiva”, de Rubens Soares Vellinho. Mais especificamente, trata-se de examinar algumas iniciativas de promover mudanças na legislação, no Brasil, estabelecendo a prevalência do negociado sobre o legislado para fortalecer o instrumento da negociação coletiva. São apresentados dois projetos de lei e documentos de entidades empresariais, de centrais sindicais e de partidos políticos propondo de 2001. Os defensores desta proposta consideram que a autonomia coletiva da vontade das partes contribui para a superação do caráter tutelar estatal das relações trabalhistas e sindicais, enquanto os seus críticos denunciam ser um esforço por maior flexibilização da legislação trabalhista, tendendo a aumentar a precariedade da situação da maioria dos empregados.

O artigo de João Vítor Possamai de Menezes e Geraldo Augusto Pinto, intitulado “A terceirização no Polo Automotivo do Aglomerado Metropolitano de Curitiba”, aborda o tema das subcontratações de atividades produtivas na indústria automotiva. Tomando como base a literatura existente, o objetivo é traçar um panorama das relações entre as montadoras e fornecedoras de autopeças que se instalaram desde o final da década de 1990. Os autores mostram que a terceirização é um fenômeno ambíguo: embora seja justificada como uma estratégia para aumentar a competitividade das empresas, suas consequências para os trabalhadores são desfavoráveis, uma vez que fragilizam a organização sindical e acarretam condições e relações de trabalho mais precárias.

No artigo “O trabalho de enfermeiras(os) obstetras na assistência a nascimentos e partos: profissionalização e tensões identitárias”, Jordão Horta Nunes e Maria Fernandes Gomide Dutra e Silva analisam a construção da identidade social e laboral nesse campo de atuação profissional desde a perspectiva da sociologia do trabalho. A análise parte de uma contextualização histórica da profissionalização da enfermagem obstétrica no Brasil, e especificamente no estado de Goiás, e de breve apresentação do perfil social em 2014. Em seguida, ressaltam os elementos (inclusive o vocabulário) que interagem na produção da identidade profissional da categoria e identificam os desafios e embates cotidianos. Ao contrapor dois modelos de assistência, frisam haver uma tensão entre a filosofia do parto humanizado e o tecnicismo de atendimentos padronizados, a qual se reflete em conflitos entre os membros da equipe de saúde multidisciplinar responsável pelos partos.

Por fim, esta edição se completa com a resenha do livro *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*, organizado por Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi, publicado pela Editora Boitempo em 2016.

Os Editores

Marcelo Weishaupt Proni

Marco Aurélio Santana

Ivan Moreira Targino

Maria Aparecida Bridi